



**AS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS DE GOIÁS NA REVISTA  
A INFORMAÇÃO GOYANA (1917-1935)**

**THE REPRESENTATIONS OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF GOIÁS IN  
THE MAGAZINE A INFORMAÇÃO GOYANA (1917-1935)**

**Resumo:** Este artigo busca analisar como os povos indígenas de Goiás foram abordados na Revista *A Informação Goyana* – uma publicação mensal, fundada por dois goianos no Rio de Janeiro – que circulou entre os anos de 1917 e 1935. Embora o espaço dedicado às questões indígenas do período seja bastante reduzido, não se configurando como tema central na revista, a temática aparece, por exemplo, por meio da publicação dos discursos de deputados defendendo medidas de proteção aos autóctones, algumas matérias versando sobre as características dos povos indígenas da região, e suas lendas, e, em algumas edições, há a transcrição de vocábulos indígenas com seus significados. Assim, o objetivo central deste texto é buscar compreender a visão difundida na revista sobre os povos indígenas de Goiás no período, os principais problemas enfrentados por eles, o teor das matérias que tratam do tema, o pensamento predominante sobre eles, bem como as medidas propostas em defesa de seus interesses.

Palavras-chave: Povos Indígenas. A Informação Goyana. Representações.

**Abstract:** This paper aims to analyze how indigenous peoples from Goiás were addressed in the magazine *A Informação Goyana* – a monthly publication created by two people from Goiás state in Rio de Janeiro – which circulated between 1917 and 1935. Although the space dedicated to indigenous issues of the period is a greatly reduced one, not even close to being a central subject in the magazine, the thematic appears, for example, through publications of deputies speeches defending measures to protect indigenous peoples, through some articles reporting about characteristics of the indigenous peoples of the region as well their legends, and, in some editions, through indigenous words transcriptions along with their meanings. Thus, the main objective of this text is to understand the widespread view in the magazine about the indigenous peoples of Goiás in the period, the main problems faced by them, the content of the articles that deal with the subject in the magazine, the predominant thought about them and also the measures proposed in defense of their interests.

Keywords: Indigenous peoples. A Informação Goyana. Representation.

**DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.17>**

**Maria de Fátima Oliveira**

Doutorado em História pela  
Universidade Federal de Goiás  
(UFG)

proffatima@hotmail.com

**Poliene Soares dos Santos Bicalho**

Doutorado em História Social pela  
Universidade de Brasília (UNB)

poliene.bicalho@ueg.br

Maria de Fátima Oliveira

## 1 Introdução

Aos quinze dias do mês de agosto de 1917, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Revista *A Informação Goyana*; sob a direção de dois goianos oriundos da antiga cidade de Bonfim, hoje Silvânia (GO), Henrique Silva<sup>1</sup> e Americano do Brasil<sup>2</sup>. O principal objetivo dessa publicação era o de divulgar as riquezas e possibilidades econômicas do Brasil Central, principalmente de Goiás, e torná-las conhecidas no âmbito nacional, com vistas a incentivar investimentos na região. De caráter publicitário, educativo e político, a revista pretendia também, segundo seus editores, fornecer informações que, geralmente, eram omitidas pela grande imprensa nacional, principalmente no que diz respeito à imprensa carioca. A circulação desse relevante veículo de informação durou até 1935, e é importante ressaltar que ele não estava restrito a capital federal (Rio de Janeiro) e a Goiás, teve inserção também nos outros estados brasileiros e, até mesmo, em outros países. Assim, este meio de comunicação impresso, que cobriu quase 20 anos de informações sobre a extensa região que é o Brasil Central, é uma fonte valorosa para variadas pesquisas que abordam as mais diversas temáticas sobre a região.

Ao longo dos 213 números que compõem os dezenove volumes, são reproduzidos diversos artigos de outros periódicos, com matérias elogiosas sobre a publicação da revista. Os seus editores tinham como principal propósito divulgar as possibilidades econômicas da região, mas se preocupavam também em chamar a atenção do poder público para o descaso com que era tratado o interior do país. A revista, com circulação mensal, contém, além de longos textos, fotografias e mapas. Sua publicação foi interrompida com a morte de seu fundador, Henrique Silva, em maio de 1935, ano de sua última edição. Nesse sentido, em seu primeiro número já fica evidente qual a intenção da criação desta publicação, ao afirmarem que, “[...] um dos

---

<sup>1</sup> Henrique Silva nasceu em Bonfim (GO), atual Silvânia, em 1865. Deixou o serviço militar para se dedicar à imprensa. Antes de fundar *A Informação Goyana*, ele já possuía experiência como jornalista, tendo atuado na imprensa, como, por exemplo, no *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*. A revista, fundada no ano de 1917, teve seu fim com a morte de Henrique Silva no Rio de Janeiro, aos 21 dias do mês de maio de 1935.

<sup>2</sup> Americano do Brasil também era natural de Bonfim (GO) e formado em medicina no Rio de Janeiro. Colaborador em diversas revistas, além de autor de vários livros, dentre eles, *Pela História de Goiás*. A partir de março de 1918, a Revista ficou sob a direção apenas de Henrique Silva, mas contou com a participação de inúmeros colaboradores, inclusive de Americano do Brasil, que teria deixado a direção da revista para ocupar um cargo em Goiás.

Maria de Fátima Oliveira

principais esforços desta revista é precisamente colocar diante dos olhos dos capitalistas, dos industriais e dos comerciantes as possibilidades econômicas sem conta do Estado mais central e menos conhecido do Brasil” (*A Informação*, ago. 1917, p. 1). Os bonfinenses se propunham, ainda, a corrigir equívocos sobre Goiás – que, segundo eles, nas raras vezes em que era citado pela grande imprensa de circulação nacional, era confundido com estados vizinhos, como por exemplo, Mato Grosso – cometidos por outros meios de comunicação; e, principalmente, informar sobre o Brasil Central de um modo mais positivo e propagandista:

O financiamento da revista, que circulou por um período relativamente longo, era garantido, em parte com recursos advindos de anúncios pagos – que diminuiriam drasticamente a partir da década de 1920 – e de subsídio do governo goiano, que, de acordo com Nepomuceno (2003, p. 50), “embora insignificante, foi fundamental para sua manutenção e permanência”. Ainda segundo a autora, além desses escassos recursos provenientes de anúncios pagos, a publicação da revista foi garantida por assinaturas, doações de goianos residentes no Rio de Janeiro, e recursos advindos “do próprio bolso de Henrique Silva”.

São variados os assuntos tratados na revista, mas com uma visível predominância das questões referentes às riquezas naturais do Brasil Central, que, de acordo com o periódico, se devidamente exploradas, poderiam oferecer resultados econômicos positivos para o desenvolvimento do interior do país. Além da exaltação das riquezas naturais da região, dentre os temas abordados, merecem destaque os meios de transportes, principalmente no que se refere às dificuldades, como a falta de estradas (ou sua inexistência), a incipiente navegação dos rios; a carência de investimentos e assistência na área da educação; embates sobre a definição dos limites de Goiás com outros estados; questões ambientais; e as questões indígenas, tema desta reflexão.

## **2 O contexto histórico de Goiás e a política indigenista nas primeiras décadas do século XX**

O período correspondente à publicação da revista abrange parte da Primeira República do Brasil e ultrapassa a Revolução de 1930. Importante ressaltar que, de acordo com Palacin (1989), até o final das três primeiras décadas do século XX, ou seja, “[...] até 1930 o Estado de Goiás continuava fora da corrente de progresso, que nos últimos 80 anos vinha transformando São Paulo e outros estados, a partir da modernização da agricultura e de um começo de

Maria de Fátima Oliveira

industrialização” (Palacin, 1989, p. 91). Nesse período, nas palavras de Nepomuceno (2003), o estado era “praticamente desconhecido”, pois “A imprensa da capital federal pouco falava de Goiás, e quando o fazia, cometia equívocos, ou mesmo erros, que essa revista se ocupou de refutar. O governo central ignorava o estado em todos os sentidos” (Nepomuceno, 2003, p. 11).

Entre 1917 e 1935, anos em que *A Informação Goyana* circulou, cumprindo o seu propósito de divulgar e desconstruir equívocos sobre Goiás e o Brasil Central como um todo, pois as representações desta região ainda estavam muito respaldadas pelas ideias de vazios demográficos, vastidões desabitadas e/ou dominadas por indígenas bravios. Mas o fato é que de ‘vazios’ não se fazia o sertão, esta, sim, foi uma representação que ganhou fôlego na literatura da primeira metade do século XX, pois, as chamadas ‘hordas indígenas’ habitavam o grande Cerrado do Brasil Central desde tempos muito remotos. Ao que nos parece, esse era um dos equívocos que a Revista *A Informação Goyana* desejava desconstruir. Paulo Bertran ressalta, nesse sentido, que, “Face ao invasor havia, no Planalto Central, essa raça indígena forte, aguerrida e, desde muito antigamente, senhora dos cerrados brasileiros: os grupos Jê [...]”. (Bertran, 2000, p. 35).

Como se trata de povos originários do Brasil, é esperado que no interior deste vasto território as populações indígenas se destaquem, também, como primeiros povoadores do sertão/Cerrado do Planalto Central. Altair Sales Barbosa (2014), nesta perspectiva, afirma que “a ocupação do Sistema Biogeográfico do Cerrado, inicia com a implantação do Horizonte do Cerrado, a partir de 11.000 anos A.P. Este Horizonte é caracterizado por uma indústria lítica muito homogênea, que constitui a Tradição Itaparica” (Barbosa, 2014, p. 119). Nesse sentido, diferentes tradições e fases arqueológicas foram estudadas, de modo a evidenciar a presença e a diversificação cultural indígena da região, como a Tradição Aratu (Fases Mossâmedes e Tejuaçú – 1.140 a 960 anos AP); Tradição Uru (Fases Uru, Jaupaci, Uruaçú, Itapirapuã e Aruanã – século XII e XIII); Tradição Sapucaí (Fases Itaberaí, Ibiraci, Sapucaí, Paraopeba e Jaraguá); Tradição Una (Fases Jataí, Palma e Jaborandi – em torno de 1.000 anos AP); Tradição Tupiguarani (Fases Iporá e São Domingos – há cerca de 600 anos AP); e a Fase Pindorama, de Tradição ainda indefinida, por volta de 410 anos a. C. (Barbosa, 2014, p. 165-171).

Com a colonização portuguesa, o avanço de entradas e bandeiras para o interior se tornou mais intenso a partir do século XVII, quando os primeiros bandeirantes alcançaram o

Maria de Fátima Oliveira

Brasil Central, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em busca de ouro e de mão de obra indígena para escravizá-los. É quando o Cerrado começa a ser povoado pelo não indígena e que, naturalmente, iniciam-se os conflitos entre indígenas e a não indígenas. Para Bertran (2000, p. 34), contudo, este (des)encontro teria ocorrido ainda no século XVI, quando, “Neste reino dos cerrados, é que houveram (sic), desde 1589, os índios Jê e os conquistadores paulistas”. E essa história de guerra de conquista e resistência indígena – entre indígenas, bandeirantes e jesuítas; ouro e escravidão; sertão e litoral; índios bravos/selvagens/botocudos/Tapuia e índios/mansos/civilizados/Tupi – se arrastou até o século XIX, e ainda perdura – sob outros moldes, mas não menos agressivas – nos séculos XX e XXI. A relação dialética entre Tupi/Tapuia foi ideologicamente construída no século XIX e adentrou as primeiras décadas do XX, especialmente em Goiás, de modo que “...o tapuia é o inimigo, o selvagem traiçoeiro que atrapalha o avanço da civilização” (Oliveira, 2015, p. 33).

Importante destacar que essa representação do indígena, que atrapalha o progresso da nação, permeia ainda hoje os discursos político-ideológicos de grupos e indivíduos que simpatizam com os projetos militares de governo.

Para Lucia Lippi Oliveira, “O tupi e o tapuia (tupi *versus* tapuia) enquanto figuras emblemáticas dão origem à diversidade de posições civilizatórias”, porém, aos “primeiros fala-se em catequese e civilização”, aos “segundos, remoção e extermínio”. Contudo, na Província de Goiás, o senso prático norteou a ação para a remoção mais que para o extermínio, afinal, a mão de obra indígena continuou sendo fundamental para o trabalho nas lavouras, diante da proibição do tráfico de africanos escravizados e da decadência da mineração, ainda no século XVIII. Deste modo, os “pressupostos do modelo bipolar tupi/tapuia marcavam a tensão entre políticas assimilacionistas e repressivas existentes, e condicionavam o consumo das doutrinas raciais no final do século XIX”, adentrado o XX. (Oliveira, 2015, p. 33). Com base nestas visões e perspectivas ideológicas a política indigenista no Brasil vem se costurando até a atualidade, sob diferentes roupagens e caracterizadas por mais continuidades do que rupturas. Especialmente em Goiás, tais políticas indigenistas foram mapeadas e analisadas pela historiadora Mary Karasch, para quem a versão indígena da história raramente é observada nas fontes oficiais, tratando-se de uma política indigenista “unilateral na documentação histórica” (1992, p. 397).

Maria de Fátima Oliveira

A primeira política indigenista em Goiás era extra-oficial. As bandeiras de São Paulo penetraram pelo sul e escravizaram Goianos e Crixá, enquanto jesuítas vindos de Belém exploravam a área do rio Tocantins e estabeleciam missões no norte. A violência dos primeiros contatos com os paulistas destruiu muitas tribos no sul de Goiás e levou a um estado de guerra contínua com outras, como os Kayapó meridionais, enquanto garimpeiros entravam em Goiás e fundavam cidades mineiras nas décadas de 1720 a 1930 (Karasch, 1992, p. 398).

E nesse tempo de longa duração, que alcançou o século XIX sem grandes mudanças na legislação indigenista direcionada à Colônia/Império, assim como na Capitania de Goiás, que a representação do indígena bravo/selvagem/botocudo/tapuia vai compor, de modo substancial, o imaginário da população local e os construtos ideológicos de parcela significativa da literatura e da historiografia de meados dos séculos XIX e XX. Em 1850, a Lei de Terras ampliou a procura por terras e pela escravidão indígena (proibida na Colônia pelas Reformas Pombalinas em 1755), devido à escassez de escravos africanos na Capitania (Karasch, 1992). A reação indígena – à imposição cultural da catequese e ao trabalho forçado –, através de ataques, fugas e guerras, corroborou com a construção desse imaginário do ‘índio’ bravo/bárbaro a ser amansado/’civilizado’; e com as representações desse grande Oeste/Sertão/Cerrado a ser ocupado/domado/desenvolvido.

Mais especificamente na primeira metade do século XX, período que marca o início e o fim das publicações da revista *A Informação Goyana*, de 1917 a 1935, esse imaginário e essas representações ganhavam força mediante a intensificação dos conflitos e resistências indígenas às frentes de colonização que adentraram o interior do Brasil, incentivadas pelas ideias e ideologias de Estado que pretendiam refutar o regional em detrimento do nacional. O sertão/Cerrado seria, como descreve Lúcia Lippi Oliveira, “a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade” (2015, p. 27). Tratava-se de projetos que iriam se fortalecer a partir de 1930, com a *Marcha para o Oeste*, durante o Estado Novo (1937-1945).

Em termos políticos, a Revolução de 1930 apontou para significativas modificações. Havia uma preocupação por parte do governo federal com os espaços vazios do território nacional, e a contrastante densidade populacional do país tomou maior importância durante a II Guerra Mundial, passando a fazer parte de projetos governamentais. Em decorrência, a “Marcha para o Oeste” – lema inaugurado em 1930 – tratava da concreta ocupação do Planalto Central, buscando ocupar áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte, visando a abertura de escoadouros para a produção nacional (Pádua, 2007, p. 626).

O pensamento social desse período reforçava a dialética entre interior/sertão/barbárie X centro/litoral/civilização, sob o viés da necessidade de aproximação entre esses dois mundos, e é compreensível que os editores da revista *A Informação Goyana* desejassem, também, inserir Goiás, sob uma perspectiva mais otimista e interessante, nos debates intelectuais, políticos e econômicos que permeavam os discursos e ações da época. E é mesmo neste contexto que a figura contraditória do bandeirante – de apressadores e assassinos de indígenas a grandes heróis desbravadores do sertão/território inóspito e necessitado de desenvolvimento e progresso – é retomada, mais exatamente entre 1890 e 1930, quando se resgata “a figura do bandeirante como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e, ao mesmo tempo, em atributos nacionais, já que fora a ação desses homens que dera sentido à integração territorial do país (Oliveira, 2015, p. 34).

É nesse cenário, de integração territorial e populacional, que a política indigenista nacional é remodelada, e o grande destaque é a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), em 1910, regulamentado pelo Decreto Nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Mais tarde, em 1914, devido à especificidade da questão indígena, o SPI/ILTN passou a ser apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), exclusivo aos indígenas. O SPI regulamentou as diretrizes da política indigenista no Brasil do período republicano e, primeiramente, estabeleceu como preceito legal “o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professar suas crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo; aquele que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar” (Ribeiro, 1996, p. 154).

Apesar de bem-intencionada e realmente preocupada com a sobrevivência dos indígenas, ações do Marechal Cândido Rondon, o primeiro militar a presidir o SPI, e de seus sucessores – da política indigenista oficial –, não excluiu do seu projeto as velhas práticas assimilacionistas e integracionistas dos indígenas à sociedade nacional. As frentes de expansão da economia, na primeira metade do século XX, ultrapassaram indiscriminadamente as fronteiras indígenas, e o contato sucessivo entre não indígenas e indígenas, ocasionados em nome do progresso, acabou provocando o desaparecimento de várias etnias, a maioria morta por epidemias diversas levadas pelos ditos “brancos civilizados”. De acordo com dados de

Maria de Fátima Oliveira

Darcy Ribeiro, entre 1900 e 1957, as regiões onde se registrou o menor número de etnias extintas foram aquelas ainda “inexploradas ou economicamente marginais” (Ribeiro, 1996, p. 275). Assim, apenas nas localidades onde foi instalada “a linha telegráfica aberta pela Comissão Rondon, de 1907 a 1913, e o curso do Guaporé, desapareceram em poucos anos cerca de dezoito tribos” (idem).

Ao resenhar a obra de Antônio Carlos de Souza Lima – *Um Grande Cerco de Paz* (Souza Lima, 1995) –, Henyo Trindade de Barreto Filho analisou a principal tese do autor, segundo a qual a “versão oficial” do SPI deve ser desconstruída<sup>3</sup>; e ressaltou que esse órgão, assim como seus objetivos e interesses, vincula-se ao “poder estatizado” e à “formação de um Estado imaginado como nacional” (Barreto Filho, 1996, p. 276). Segundo Barreto Filho, a versão de Souza Lima enxergou as atividades pacificadoras do SPI como verdadeiras guerras de conquista, que, quando bem-sucedidas, resultaram na invasão de territórios indígenas através de alianças e/ou fusões “às organizações militares conquistadoras, integrando os efetivos e maximizando as forças destas” (Barreto Filho, 1996, p. 282-283).

O Brasil Central, nesse contexto, era a fronteira a se desbravar, o interior a se conectar com o resto do país das Linhas telegráficas inicialmente e das rodovias décadas depois; era o sertão/Oeste/Cerrado a se domar, e o indígena fazia parte desse projeto, ainda que sob o viés da assimilação e da integração, pois apenas assim eles deveriam compor a nação-Estado, que jamais enxergou e respeitou efetivamente a sua diversidade cultural e étnica. É como destaca Lúcia Lippi Oliveira (2013, p. 9), “a história da República se refere ao tempo da “Marcha para o Oeste”, entendida no sentido de conhecer o território e sua população, vencer o abandono do interior e organizar a nação”.

### **3 Os Povos Indígenas na Revista *A Informação Goyana***

Mesmo não se configurando como tema central na revista, a problemática sobre as questões indígenas<sup>4</sup> é abordada, embora com espaço bastante reduzido. A temática aparece, por

---

<sup>3</sup> Nota-se aqui a crítica de Souza Lima à versão de Darcy Ribeiro sobre o SPI nos textos *A Política Indigenista Brasileira*, de 1962; e na versão modificada desse texto, publicada no livro *Os Índios e a Civilização*, de 1996. Para Souza Lima esta é a “versão oficial” da história do órgão, e a mesma não se pauta em critérios sociológicos.

<sup>4</sup> O estudo mais detalhado sobre a revista foi feito por Nepomuceno (2003), entretanto, na catalogação temática efetuada pela autora, os povos indígenas sequer aparecem como uma categoria específica. Mesmo não tendo

Maria de Fátima Oliveira

exemplo, por meio da publicação dos discursos de deputados defendendo ‘medidas de proteção aos autóctones’, algumas matérias versando sobre as características dos povos indígenas da região e suas lendas, e, em algumas edições, há a transcrição de expressões da língua indígena com seus significados, bem como um estudo sobre o vocábulo Tupi-guarani. Intriga o fato de tal estudo não ser referente a um vocábulo Macro-Jê, já que este é o tronco linguístico majoritário do Planalto Central.

A primeira menção sobre os povos indígenas que aparece na revista, intitulada de “Os autoctones de Goyaz se vão...”, é bastante crítica com relação ao tratamento dispensado a eles, com ênfase na falta de políticas de assistência para atender suas necessidades, o que demonstra certa preocupação dos editores com os desmandos sofridos por esses povos. De acordo com o relatado, havia uma ideia errônea de que, nesse período, o interior do país fosse povoado por numerosos grupos indígenas, ainda bravios, como nos primeiros tempos da conquista; ou, ao menos como eram representados os grupos étnicos do interior, mediante a contraposição Tupi/Tapuia, que generalizava os indígenas do sertão/Cerrado, caracterizando-os com adjetivos pejorativos, genéricos e reducionistas, como: bárbaros/selvagens/línguas travadas/botocudos/bravos/tapuias.

Ora, no tocante a Goyaz, sobre ser errôneo tal conceito é cada vez mais precária a existência da sua outrora robusta tapuirama. Epidemias, moléstias desconhecidas das sciencias? Certo pé que estão condenados à extinção breve os chamados habitantes selvagens dos sertões brasileiros – bem dignos aliás de melhor assistência. Sob o nome impróprio de catequese leiga, o que há é uma espécie de parceria agropecuária... (A Informação, set., 1917, p. 24).

Ainda conforme a matéria, por ocasião da entrada da bandeira do Anhanguera no que seria mais tarde o território goiano, na década de 1720, a região era habitada por cerca de 30 nações indígenas, e previa a tendência a uma possível e próxima extinção dessas populações indígenas, uma vez que, segundo eles, dois terços ou mais já havia desaparecido naquela época. Elucidativa é a publicação de um interessante e extenso artigo em 1918, com o título "O estado actual dos índios de Goyaz, pelo Dr. Paul Ehrenreich", com tradução de Capistrano de Abreu. Embora no artigo não haja informações sobre o autor, ou ao período em que ele esteve na região,

---

recebido espaço significativo nas publicações, o resultado da busca por esse tema se apresentou relevante para este estudo.

Maria de Fátima Oliveira

é possível constatar que se trata do cientista explorador alemão, o etnólogo Paul Ehrenreich<sup>5</sup>, que desenvolveu pesquisas em diversos outros estados brasileiros, sendo que sua visita ao território goiano se deu no final do século XIX, mais precisamente nos anos de 1888 e 1889 (Schaden, 1964, p. 83). Segundo Ehrenreich, “Os Cayapós, geralmente representados na literatura como horda fraca, decadente, vizinha de extinção, formam na realidade um dos povos mais numerosos e belicosos do Brasil, talvez da América do Sul em geral” (A Informação, nov., 1918, p. 59). O autor destaca as dificuldades de comunicação com Cuiabá (MT), devido aos seus ataques constantes e ameaçadores; e como a bandeira organizada por Antônio Pires de Campos os teria derrotado com a ajuda dos Boé-Bororo. Mais adiante, Ehrenreich afirma que “[...] os grandes aldeamentos antigos de São José de Mossâmedes, Carretão e outros próximos à capital de Goyaz, que Saint Hilaire já encontrara na maior decadência, atualmente estão extintos” (A Informação, nov., 1918, p. 59).

Sobre os Canoeiros, o etnólogo afirma que os viajantes que passaram por Goiás, como Gardner, Pohl, Castelnau e Saint Hilaire “tratam compridamente deles, mas sempre por ouvir dizer”, e informa as conclusões a que chegou por meio de suas pesquisas: “há cerca de 20 anos não se tem ouvido absolutamente, em Goyaz, a falar de Canoeiros, de sorte que ali os consideram como extintos”. Nesta publicação, o etnólogo alemão acrescenta ainda que “os Canoeiros, apesar do nome, não eram (sic) povo conhecedor da navegação”, conservavam-se afastados dos rios maiores e só atacavam em terra”; além disso, afirma que ninguém soube explicar a origem do nome “Canoeiros”; por fim, conclui que “Alguma cousa de mais seguro dificilmente se poderá apurar agora a tal respeito. Em todo o caso, o nome dos Canoeiros deve desaparecer dos mapas que reproduzem a situação atual” (A Informação, nov., 1918, p. 60).

Certamente, já anunciando a catastrófica extinção desse povo – o que era muito comum até meados do século XX, a crença quase que unânime no desaparecimento de toda a população indígena do Brasil –, devido às reações intensas e constantes do povo Avá à dominação/colonização não indígena, o que acarretou verdadeiros massacres do grupo,

---

<sup>5</sup> Paul Ehrenreich (1885-1914) foi um dos grandes exploradores alemães que no último quartel do século passado trabalharam entre os índios do Brasil. Era doutor em medicina e em filosofia, além de docente-livre da Universidade de Berlim, sua cidade natal. No interior do Brasil reuniu coleções etnográficas e zoológicas, além de contribuir para a geografia do país. A obra de Paul Ehrenreich abrange principalmente ensaios de teoria e método, descrições etnográficas, como ainda trabalhos etnológicos, linguísticos, sornatológicos e de mitologia comparada (Schaden, 1964, p. 83).

Maria de Fátima Oliveira

atualmente estão divididos em territórios de Goiás e Tocantins. O grupo de Goiás vive em território próprio, mas não completamente demarcado, e com uma população diminuta, cerca de seis pessoas sobreviventes. Sobre a ideia de que os Avá não eram bons navegadores, pesquisas posteriores à afirmação de Ehrenreich são unânimes em afirmar o contrário: “A denominação canoeiro foi atribuída aos Avá pelos primeiros colonizadores de Goiás, porque eram hábeis em navegar em canoas e ubás no caudaloso rio Maranhão/Tocantins” (Pedroso, 2006, p. 91); ao que complementa Lorraine Gomes da Silva:

O nome “Avá-Canoeiro” para designar essa etnia, foi consolidado a partir da década de 1970, ao se considerar os registros feitos por pesquisadores, indigenistas e funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e Furnas Centrais Elétricas S.A que com eles mantinham contato.

O termo “awa” na língua Avá-Canoeiro como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto. O cognome “canoeiro” deve-se à habilidade para navegar canoas e ubás pelas corretezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p.16): “Os Avá-Canoeiro auto-designam-se awa ‘gente’, em oposição a maira ‘não-indígena’” (Silva, 2010, p. 26).

Em 1919, a revista publicou uma extensa matéria de autoria do Frei Dominicano Estevão Maria Gallais (1851-1907), com tradução de Octaviano Esselin, intitulada *Uma Catechese entre os índios do Araguaia Brasil*, na qual relata sua viagem de Leopoldina à Conceição do Araguaia, em 1901. Ao descrever os festejos, rituais e costumes do povo Iny-Karajá, o estranhamento do frei dominicano é perceptível em diversas passagens de seu relato, como por exemplo, o que se segue:

Para um homem que chega da Europa todo impregnado do que se chama civilização, achar-se de repente transportado para o meio de uma tribo selvagem, assistir a uma dança de índios Carajás, ao luar, à margem de um grande rio [Araguaia], no seio de uma natureza que assombra pela sua riqueza e magnificência, tudo isso produz uma estranha impressão. Parece sonho (A Informação, nov., 1919, p. 40).

Com o título *Lendas indígenas do Araguaya*, é publicada, a partir de 1919, uma série de relatos referentes a uma excursão científica de Cândido Rondon pelo interior do Brasil, no qual o Marechal descreve o povo Iny-Karajá como valente, bondoso, afável e alegre, além “de forte compleição e de altura superior à mediana”, e completa que, pela narrativa, pode-se concluir que “[...] trata-se de milhares de homens destemidos e fortes, aptos para a lavoura, e que lá estão à espera de uma catequese em regra” (A Informação, dez., 1919, p. 53). Estas falas, ‘aptos

Maria de Fátima Oliveira

para a lavoura’ e ‘à espera de uma catequese’ dizem muito sobre a política indigenista das primeiras décadas do século XX, implementadas a partir de 1914 Brasil/Goiás adentro, pelo então Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN).

Os povos indígenas aparecem novamente em diversas publicações sobre uma excursão do etnólogo Fritz Krause (1881-1963) ao Araguaia, em 1908, na qual tanto o estudioso quanto os editores da revista apresentam opiniões bastante positivas sobre os autóctones, ressaltando que, em muitos casos, o que se observa são apenas reações desses em resposta à violência recebida: “[...]os nossos bons índios são considerados traiçoeiros, maus, perversos, por aqueles que por maus tratos e brutalidade, criam situações intoleráveis nessas almas ingênuas, que pela falta de civilização humanitária, são muitas vezes levados a cruéis vinganças” (A Informação, abr., 1920, p. 110). Observa-se claramente o alinhamento do discurso da revista com as propostas ideológicas do SPI, que tinha como principal *slogan* “morrer se preciso for. Matar nunca”, ou seja, o ideal de ‘civilização’ positivista se estabeleceria mediante o contato pacífico e a assimilação/integração do indígena à comunidade nacional como trabalhador comum. Todavia, de pacífico estes contatos tiveram muito pouco ou quase nada, a própria intenção assimilacionista/integracionista era e é extremamente violenta.

No ano de 1924 aparece uma nota interessante do editor do periódico, Henrique Silva, intitulada *Tupi-Mania?*, sobre a substituição de nomes de algumas localidades por outros de vocabulário indígena, ao que ele afirma aplaudir tal iniciativa, que parece “obedecer a uma nova fase da vida goyana”, como o excerto que se segue: “Goiás está numa polvorosa com a mudança de nome das suas localidades – que pelos modos, breve serão todas crismadas com apelidos de origem indígena, a exemplo da capital que perpetua a tradição da tribo “Goiás” (A Informação, jul., 1924, p. 93). No ano seguinte, encontra-se a transcrição de um discurso – que continua em números seguintes – pronunciado na Câmara pelo deputado Olegário Pinto<sup>6</sup>, em 19 de junho de 1925, com o título *Catechese e civilização dos índios de Goyaz*. O discurso trata de uma solicitação para que se atenda a um projeto que restabeleça uma Inspeção de Índios em Goiás, pois, de acordo com ele, a situação dos povos indígenas – “aborígenes que ainda vivem em

---

<sup>6</sup> Olegário Herculano da Silveira Pinto foi um advogado, engenheiro, professor, militar e político brasileiro. Foi Presidente do Estado de Goiás de 1913 a 1914, além de senador e deputado federal, e patrono da cadeira nº 18 da Academia Goiana de Letras.

Maria de Fátima Oliveira

nossos sertões como se fossem feras bravias” – ficou prejudicada com sua anexação há mais de 10 anos, à de São Paulo, não tendo recebido a visita de um funcionário sequer, durante todo esse tempo. O deputado afirma que: “A grande população indígena que habita o território goiano vive como animais indomesticados! Até ela não chega, por mínima que seja, a proteção dos poderes públicos” (A Informação, jun., 1925, p. 83-87). Trata-se do eterno retorno à ideia do indígena com empecilho ao progresso, que historicamente serviu aos discursos e práticas de setores políticos e econômicos do país ao longo da história, especialmente nos períodos em que vigoraram regimes ditatoriais e/ou extremistas de direita.

Em seguida, ele passa a elogiar o trabalho desenvolvido pelo engenheiro e sertanista Marechal Rondon junto aos indígenas, ressaltando que graças às suas sugestões e esforços foi criado o Serviço de Proteção ao Índio. Para embasar seu discurso, o parlamentar cita um livro de autoria de João Mendes Junior, *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*, importante publicação de 1912, em edição Fac-similar em 1988, em cuja apresentação a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha afirma que “[...] algumas das inovações mais importantes da nova Constituição brasileira com respeito aos direitos dos índios inspiraram-se precisamente nos escritos de João Mendes Jr.” (Cunha, 1988, *apud* Mendes JR.). Desse modo, percebe-se que as discussões publicadas na revista sobre as questões indígenas estavam, de certa forma, em consonância com as discussões presentes no período.

Em outra passagem, Olegário Pinto faz uma interessante afirmação sobre a influência negativa que a gente “civilizada” estaria exercendo sobre os silvícolas, “pois é sabido que os índios quando sós não assaltam”, sendo geralmente sugestionados pelos civilizados. A matéria traz uma extensa digressão sobre a atuação e contribuição da índia Damiana da Cunha na pacificação e catequese dos autóctones, “uma goyana que inesquecíveis e relevantes serviços prestou à civilização dos nossos silvícolas [...] heroica e guerreira princesa das florestas” (A Informação, jun., 1925, p. 84-87). De acordo com Alencastre (1979), Damiana da Cunha pertencia ao grupo Kayapó, destacando sua influência por meio da política e da catequese, desempenhando importante papel no processo de atração e aldeamento do seu povo através de expedições pacificadoras pelo sertão. Assim o autor descreve sua atuação:

Existia em S. José uma mulher, a quem os caiapós reverenciavam e obedeciam cegamente; essa mulher chamava-se D. Damiana; e era neta do cacique Angraiochá e de sua mulher Xiunequá. A ela se deveu não só a conservação

Maria de Fátima Oliveira

da aldeia de S. José, como muitos serviços importantes à catequese, que ela promovia, indo em pessoa ao centro das florestas chamar os seus parentes a virem viver na comunhão dos brancos (Alencastre, 1979, p. 338).

O tema do folclore indígena recebeu, em várias edições, a atenção da revista. Com o título *Folk-lore Goyano: Sumé e o destino da nação Goyá*, a revista traz uma longa matéria, em duas edições do periódico, na qual discorre sobre uma lenda desta etnia. Embora, por falha na edição, não seja possível saber quem é o autor de tal publicação, seu conteúdo pode ser importante, por se tratar de um povo que, mesmo tendo sido atribuído seu nome ao território goiano, muito pouco se sabe sobre ele, que assim se inicia:

Dentre as numerosas nações selvagens que ocuparam o território goyano antes das invasões paulistas, a mais docil e inteligente, a que menos mal fazia e menores pretensões de mando tinha naqueles remotos sertões, era a dos Goyás, que, no entanto, não deixava de ser temida pelas outras do mesmo território – mais numerosas e aguerridas como eram as dos Chavantes, Coroados, Canoeiros e Cayapós (A Informação, dez., 1924, p. 34).

Segundo a lenda, que de acordo com a publicação, “ainda hoje corre em Goyaz passando de boca em boca com ligeiras variantes”, quando Sumé, o primeiro chefe da nação Goyá, estava visitando a sepultura de sua esposa no alto da Serra Dourada, aparecera-lhe um velho pajé da etnia Kayapó, alertando-o para uma iminente ameaça de um bando de homens brancos e barbados, que, segundo o pajé,

Em marcha, estes misteriosos vão devastando as nossas florestas e campos, incendiando as tabas que encontram, matam com o trovão que está a serviço delles aos que lhe ousam resistir para não se tornarem seus escravos, e perseguem mesmo aos que tentam fugir, atijando contra eles uns animais ferozes, muito corredores, que os alcançam e dilaceram (A Informação, dez., 1924, p. 34).

A referida lenda, assim como o “piar agorento das corujas” (A Informação, jan., 1926, p. 36), assemelham-se à do Piar da Juriti Pepena, descrita do por Altair Sales Barbosa nos seguintes termos:

Narra uma lenda do nosso povo que nestas terras viveríamos por muitas e incontáveis luas, por muitos e incontáveis sóis, e que viveríamos muitos períodos chuvosos e tantos outros sem chuvas... Porém, um certo dia, nossos descendentes ouviram o Piar da Juriti Pepena vindo direito de uma touceira de tajãs. Juriti Pepena é uma ave invisível, cujos pios lamentosos trazem má-sorte, desgraça e exterminam com a felicidade.

Maria de Fátima Oliveira

Djahy era um índio Uru-eu-wau-wua que habitava as cabeceiras do rio Jamari, no Planalto de Alta Lídia, na Serra dos Pakaás-Novos, um hábil caçador que abastecia com carne o seu povo. Numa certa noite esse jovem índio teve um pesadelo que acordou toda a aldeia. Indagado sobre o que sonhara, disse que, no meio da noite, por três vezes, ouvira o piar da Juriti Pepena, e, em meio a uma cortina de fumaça que se formava, vislumbrou homens estranhos invadindo suas terras para roubar os últimos carocinhos de açaí (Barbosa, 2014, p. 15 e 211).

Ambas as lendas falam sobre maus presságios, extermínios, desgraças, invasões de suas terras, ou seja, anunciam a chegada dos não indígenas, que podem ser associados aos bandeirantes dos primeiros séculos da colonização portuguesa e aos novos bandeirantes representados pelos desbravadores do sertão/Cerrado, responsáveis pela integração territorial e à assimilação de povos e culturas, inerente ao projeto de Estado-nação implantado durante a Era Vargas (1930-1945).

Na sequência do relato, Sumé teria se recusado à proposta do Kayapó de se juntar a ele e aos Xavante para combaterem os invasores, pois não confiava neles e ainda receava uma possível traição. Mais, o chefe dos Goyá além de recusar tal aliança, teria decidido que receberia os forasteiros “mais como amigos do que como estranhos”, e que desejava que seu sucessor fizesse o mesmo, pois aos Goyá “convinha mais a amizade desses homens realmente superiores e mais adiantados que as dos Chavantes e Cayapós e outros vizinhos ambiciosos e falsos” (*A Informação*, dez., 1924, p. 34). Apesar do chefe Sumé não ter aceitado se aliar a outros grupos étnicos para resistirem e combaterem os invasores, após sua morte, seu filho Apu teria rompido a promessa e tradições do povo Goyá e realizado tal aliança.

Mas, ao trocar a indígena que seria sua esposa por uma Kayapó, o chefe teria despertado o descontentamento daquela jovem, que convenceu todo o seu povo a se rebelar contra ele, matando-o e colocando em seu lugar outro filho de Sumé, o índio Goyá que se casou com a jovem antes prometida a Apu. O narrador mostra que as intrigas continuaram, o chefe Goyá também foi assassinado, mas que, aliados com os não indígenas, os Goyá viveram um período de paz sob a liderança de um certo mameluco chamado de Pedro Juracy, que, deixado por Anhanguera na comunidade, teria sido aclamado seu chefe. Passado algum tempo, há um encontro pacífico do cacique da nação Goyá com Bartolomeu Bueno da Silva, quando “foram celebradas festas prolongadas em que paulistas e indígenas se confraternizaram”, mas a

Maria de Fátima Oliveira

narrativa termina com um presságio devido a cor escura da lua e o piar agourento das corujas...  
(*A Informação*, jan., 1926, p. 35-36).

Sobre essa nação Goyá, que inclusive é a responsável pela denominação da capitania, depois província e atual estado de Goiás, ainda hoje predomina muitas dúvidas quanto à sua existência, sendo poucas as informações seguras sobre ela. Em seu artigo *Os Índios Goyá, os fantasmas e nós*, o professor Antón Corbacho Quintela levanta questionamentos e analisa a questão, demonstrando as dificuldades em se obter subsídios que fundamentem sua trajetória. Segundo ele,

Dos Goyá não há atualmente nenhum vestígio; sumiram da região onde está encravada a antiga capital do Estado, apagando todas as suas pegadas, seja na forma de restos arqueológicos ou de etnotextos, seja na forma de empréstimos ao português de palavras de sua língua. Pode parecer uma empreitada delirante, portanto, ousar reconstruir traços da sua história ou da sua identidade (Quintela, 2006, p.44-45).

Ainda, de acordo com o mesmo autor, não se pode negar sua influência, seja real ou simbólica, sobre os primeiros colonizadores, pois seu nome ficou oficialmente cunhado no local, e, “Apesar de os Goyá serem o povo indígena menos conhecido de qualquer ótica científica, são os índios que precisamente, mais foram mitificados sob o ponto de vista folclórico [...]” (Quintela, 2006, p. 45). Após apontar os diversos empecilhos para se comprovar a existência dessa nação, Quintela conclui que esta questão ainda necessita de investigação, requerendo muitos esclarecimentos. Ainda sobre os Goyá, o historiador Paulo Bertran descreve que

Da expedição de Domingos Rodrigues sabe-se ter trazido do sertão uma índia “Guayá” ou da “nação Guoyá”, de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia. De fato o famoso índio Goiá, uma quase ficção etnográfica que deu seu nome ao Estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho, onde fundou-se a cidade de Goiás. A raiz semântica guayá e goyá, explica Teodoro Sampaio, vem pelo tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “indivíduo semelhante”. Seria portanto um grupo Tupi-Guarani no universo Jê do Brasil Central? (Bertran, 2000, p. 45).

No ano de 1926 há a transcrição de um artigo do jornal *O Globo*, com o título “*No coração do Brasil*”. O artigo comenta sobre o desejo do cinegrafista Sr. Aristides Junqueira de

Maria de Fátima Oliveira

retratar, através da cinematografia<sup>7</sup>, os índios que viviam às margens do rio Araguaia. Junqueira, que fora a Goiás fotografar a posse do presidente do estado, Dr. Brasil Ramos Caiado, decidiu descer o Araguaia e filmar a vida dos índios que viviam nas redondezas. O artigo apresenta diversas impressões de Junqueira a respeito dos *Iny-Karajá*. Dentre suas informações, pode-se destacar que “Vivem todos eles em completa nudez... São de formas mais ou menos corretas, mostrando bellos corpos desenvolvidos e fortes. Vivem nas praias e ilhas em numerosíssimas malocas formadas por ‘casas’ construídas com folhas de palmeira babaçu”. Ainda de acordo com o cinegrafista, “As mulheres carajás são geralmente de aspecto mais gracioso do que as de outras muitas nações”, e completa, afirmando que “Esses índios são exímios pescadores e atiradores de flexas [e] a vida moral dos índios é absolutamente sã (A Informação, ago., 1926, p. 04).

Com o título *No Brasil Central*, a revista transcreve uma resenha de autoria de Leopoldo de Freitas, do jornal *A Folha da Noite* de São Paulo, sobre uma publicação em francês, *Chez les Peaux Rouges – No meio dos Peles Vermelhas: páginas de viagens no Brasil incognito*, de autoria do padre dominicano francês M. H. Tapie, em suas andanças por Goiás, mais precisamente pelos rios Tocantins e Araguaia. De acordo com Freitas, “O religioso dominicano francês nos dá a conhecer as peripécias de sua missão junto das tribos dos indígenas carajás, carijós e caiapós” que “São episódios semelhantes aos das viagens extraordinárias e que nos impressionam nos filmes dos cinemas”. Há ainda referência do padre sobre a nação Goyá, quando informa que “Por meado do século dezessete ainda Goyaz não existia, uma tribo de índios de costumes brandos e patriarcais acampava nas margens do rio Vermelho. Os índios se chamavam goyazes, o que significa: Pequena flor dos campos”. Em seguida, o padre escreve sobre o encontro pacífico desse povo com o bandeirante Anhanguera, no qual este teria se utilizado do conhecido estratagema de ameaçar secar os rios colocando fogo em uma porção de

---

<sup>7</sup> Parece ser uma tendência o registro cinematográfico de povos e culturas indígenas na década de 1920. Entre 1912 e 1938 a Comissão Rondon filmou dezessete filmes dirigidos pelo Major Luiz Thomaz Reis sobre as incursões pelo interior, os contatos com os indígenas, seus rituais, culturas e organização social (Lobato, 2015, p. 301). Neste sentido, Lucia Lippi Oliveira comenta sobre a “exibição do filme, rodado por Rondon e sua equipe, sobre a vida e os costumes dos índios coroados, da região do Alto São Lourenço. “era a primeira vez que a população da cidade podia ver o índio de verdade” (2015, p. 25). De acordo com Tacca (2011, p. 206), trata-se do filme “*Os índios coroados*, captado em 1916 e editado em 1917, e considerado um dos primeiros filmes do cinema etnográfico no mundo, que ficou conhecido pelo seu segundo título: Rituais e festas bororo. A película mostra o ritual funerário entre os índios bororo, da aldeia de São Lourenço, no Mato Grosso.”

Maria de Fátima Oliveira

água ardente (A Informação, ago., 1927, p. 07). A transcrição de mais um discurso proferido pelo deputado Olegário Pinto, em 1927, em defesa dos povos indígenas de Goiás, permite entender o descaso do Serviço de Proteção aos Índios no período. Com o título, *Pela catechese dos índios em Goyaz*, o parlamentar afirma que o Brasil possuía uma população de 1.240.000 índios, sendo que o primeiro lugar cabia a Mato Grosso, em segundo, o Acre, Amazonas ocupava a terceira posição e Goiás estava em quarto lugar. Desse modo, ao apresentar um projeto para este fim, Pinto alega que mesmo o estado de Goiás ocupando uma das primeiras posições em número de silvícolas, o serviço de proteção a esses índios, então exercido pelo Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910, é desprezível. Segundo o deputado, a inspetoria de índios, que foi criada em Goiás em 1913, no ano seguinte teria sido suprimida, e que de 1914 a 1927, “isto é, durante 13 longos anos, o governo absolutamente nada dispendeu com os índios”. No projeto apresentado, sugere-se que sejam criados 3 postos de atendimento aos indígenas, sendo um em Leopoldina no estado de Goiás, um em Conceição do Araguaia, no Pará e outro na margem do rio Tocantins, em Porto Nacional. Contrariando esse projeto, o relator sugere a criação de apenas um posto na Ilha do Bananal, do qual o deputado discorda veementemente, argumentando sobre as dificuldades de acesso a essa ilha, pois “em seis meses não se vai de São Paulo a esta ilha”, e nela “existem apenas 200 ou 400 índios, uma pequena maloca de Carajás e Javaés” (A Informação, dez., 1927, p. 37).

Em junho de 1928 a revista volta a publicar uma longa matéria (6 páginas) comentando sobre um parecer do Senado Federal de n. 926 de 1927 – que teria sido apresentado em 1915 e arquivado – sobre o “projeto de lei que regula a situação jurídica dos índios no território nacional”. De acordo com a matéria, foi graças aos esforços do deputado Olegário Pinto, defensor da causa indígena, que tal projeto voltou à discussão no Senado. Entre as medidas para se definir a situação dos povos indígenas, o projeto os classifica do seguinte modo: 1. Índios nômades; 2. Índios arranchados ou aldeados; 3. Índios pertencentes à povoação indígenas; 4. Índios pertencentes à centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados. Os principais temas do projeto tratam de disposições sobre terras para a fundação de povoações indígenas, aplicação dos preceitos da lei do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos dos indígenas, sobre crimes praticados contra eles ou por eles, sobre a gestão de bens desses povos e ainda sobre a liberdade de iniciativa particular para a catequese religiosa.

Maria de Fátima Oliveira

Por fim, o texto afirma que “O projeto em seu conjunto e em seus detalhes, parece digno de aceitação pelo Senado, que poderá melhorá-lo, corrigindo-lhe as faltas e defeitos” (A Informação, jun., 1928, p. 83). Em nível nacional, a legislação indigenista ficará restrita e terá nenhuma alteração significativa entre 1910, com a criação do SPI, e 1967, quando, em substituição a este primeiro órgão de proteção ao indígena foi criada a FUNAI (Fundação Nacional do índio, atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas). E como foi localizada nenhuma informação sobre o Projeto de Lei do Senador por Goiás (1926-1930) Olegário Pinto (Advogado, militar, engenheiro e professor, segundo dados do Senado Federal<sup>8</sup>), acredita-se que o projeto foi mesmo arquivado.

*Os Apinajé do Alto-Tocantins* é o título de uma matéria que se repete por três edições na revista em 1931, de autoria de Carlos Estevão de Oliveira<sup>9</sup>, na qual são abordados os costumes, crenças, artes, lendas, contos e vocabulários sobre esse povo. O autor inicia informando que no ano de 1926 havia chegado à Belém 4 membros Apinajé, “A fim de indagar do governo se as terras nacionais onde eles vivem já tinham sido vendidas aos homens rico dali, e de solicitar algumas dádivas”, permanecendo por 33 dias em Belém, durante os quais Oliveira esteve sempre em contato com eles, conseguindo reunir dados para tal matéria sobre os Apinajé. Segundo Oliveira, “Os Apinagé são fortes e altos, têm os lóbulos das orelhas bastante rasgados e trazem furado o lábio inferior, são monógamos”. O autor ressalta ainda que “Embora em contato com o nosso povo e sob a influência da religião catholica há cem anos pelo menos, os Apinagé ainda conservam os seus hábitos, o seu dialecto e as suas crenças” (A Informação, jun., 1931, p. 74). Esse último dado é muito importante, por, ainda que superficialmente, deixar evidente que o contato com a sociedade não indígena não implica em perda da identidade e da cultura, pois ambas se ressignificam nos entre lugares típicos da fronteira inerente às relações humanas, logo, não são fixas e nem estão acabadas. O que, devemos reconhecer, é uma visão bastante revolucionária para época, década de 1930, período em que os ideais integracionistas do SPI estavam a pleno vapor.

---

<sup>8</sup> SENADO FEDERAL. SENADORES, Olegário Pinto. In: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2158>. Acesso: 30/03/2023 às 10:50h.

<sup>9</sup> Carlos Estevão de Oliveira é pernambucano, advogado, poeta e folclorista. Trabalhou na região Amazônica ocupando importantes cargos no Estado do Pará como promotor público em Alenquer, funcionário público em Belém, e por fim, Diretor do Museu Paraense Emílio Göeldi, cargo que exerceu até sua morte em junho de 1946.

Maria de Fátima Oliveira

#### 4 Conclusões

Pelo acima exposto, esta análise buscou evidenciar como os povos indígenas de Goiás foram abordados na Revista *A Informação Goyana* por um período de dezoito anos consecutivos, nas primeiras décadas do século XX. Os temas que abordam os povos indígenas são diversos, com destaque, por exemplo, para a questão da situação de abandono vivenciada por eles, principalmente pelos discursos e acalorados debates de parlamentares goianos, clamando por medidas protetivas e assistencialistas.

Observou-se que era uma prática comum na revista a transcrição de matérias publicadas em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo que tratavam sobre assuntos referentes aos indígenas de Goiás. É possível perceber, pelo conjunto das publicações, além da nítida tendência em denunciar a situação de descaso em que se encontravam esses povos no período, a preocupação por parte dos editores em desconstruir opiniões errôneas difundidas sobre eles e esclarecer ao público alguns dados importantes relativos aos seus costumes. Ainda que superficialmente, porém, já bastante ousadas para o contexto histórico daqueles anos, quando a política indigenista era extremamente invasiva e violenta, física e culturalmente.

As matérias com foco nas questões indígenas, publicadas na Revista *A Informação Goyana* e tomadas para esta análise, são de autorias diferentes, indo desde textos escritos pelos editores da revista, à parlamentares, etnólogos e sertanistas. Pode-se concluir que, apesar do pouco protagonismo dado aos povos indígenas ao longo de quase duas décadas – principalmente pelo reduzido espaço que lhes foi destinado – pelas páginas da revista, é possível conhecer um pouco do pensamento da época sobre eles. Mesmo que a questão indígena tenha aparecido de modo contingencial e aleatório, a análise do conjunto de informações sobre a temática no periódico, propiciou e pode propiciar ao pesquisador um entendimento, mesmo que fragmentado, sobre os autóctones da região, bem como das medidas propostas em defesa de seus interesses.

#### Referências:

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. 1979. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia, Sudeco/Governo de Goiás, 1863.

BARBOSA, Altair Sales *et al.* 2014. *O Piar da Juriti Pepena – Narrativa Ecológica da Ocupação Humana do Cerrado*. Goiânia, Ed. PUC Goiás.

Maria de Fátima Oliveira

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. 1996. O “Governo dos Índios” numa perspectiva antropológica. *Anuário Antropológico/95*, Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. p. 275-303.

BERTRAN, P. *História da Terra e do Homem no Brasil Central*. 2000. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Ed. Revisada e Atualizada. Brasília, Verano.

CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. p. 397-412.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. 1992. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, FAPESP; Companhia das Letras.

LOBATO, Ana. Da exibição dos filmes da Comissão Rondon. 2015. FREIRE, Marcius. PENAFRIA, Manuela (Eds). *Revista Digital de Cinema e Fotografia*. Universidade da Beira Interior e Universidade de Campinas. p. 300-323.

MENDES JUNIOR, João. 1912. *Os indígenas do Brasil, seus direitos individuais e políticos*. São Paulo, Tipografia Hennes Irmãos.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. 2003. *O papel político educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia, UFG.

OLIVEIRA, Lúcia, Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. 2015. In: DUTRA, Sandro; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (Orgs.). *Vastos Sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. 1 Ed. Rio de Janeiro, Mauad X. p. 21-40.

OLIVEIRA, Lúcia, Lippi. 2013. Prefácio. SILVA, Sandro Dutra; PIETRAFESA, José Paulo; FRANCO, José Luiz Andrade; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil*. Goiânia, Ed. PUC Goiás; Gráfica e Editora América. p. 9-11.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. 2007. A sobrevida da Marcha para o Oeste. *Estudos*, Goiânia, v. 34, n. 7/8, jul/ago: 623-643.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria A. de S. 1989. *História de Goiás (1722-1972)*. 5 ed. Goiânia, Ed. UCG.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Avá-Canoeiro. 2006. In: OSSAMI DE MOURA, Marlene Castro. *Índios de Goiás. Uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia, Editora UCG; Editora Vieira; Editora Kelps.

AS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS DE GOIÁS NA REVISTA *A INFORMAÇÃO GOYANA*  
(1917-1935)

Maria de Fátima Oliveira

QUINTELA, Antón Corbacho. 2006. Os Índios “Goya”, Os Fantasmas e Nós. *Revista UFG*, Ano VIII, n. I, Jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48083> Acesso em: 07/01/2021.

REVISTA *A INFORMAÇÃO GOYANA* - 1917/1935. Rio de Janeiro, (Digitalizado).

RIBEIRO, Darcy. 1996. *Os índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.

SCHADEN, Egon. A obra científica de Paul Ehrenreich. *Revista de Antropologia*, v. 12, n. 1-2: 83-86. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:schaden-1964-obra>. Acesso em 06/01/2021.

SILVA, Lorraine Gomes da. 2010. *Avá-Canoeiro, a resistência dos bravos no Cerrado do norte goiano: do Lugar ao Território* – Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 1995. *Um grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado Brasileiro*. Petrópolis, Vozes.

TACCA, Fernando de. 2011. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar: 191-223.